

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.365.449 - ES
(2018/0241568-9)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : THAIS FROTA FUNDÃO
ADVOGADOS : SUELI DE PAULA FRANÇA - ES001793
VITOR DE PAULA FRANCA - ES013699
ARTHUR DAHER COLODETTI - ES013649

EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SUBMETIDOS AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. OMISSÃO QUANTO AOS HONORÁRIOS RECURSAIS. CONFIGURAÇÃO. ACLARATÓRIOS ACOLHIDOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela União em face de decisão de minha relatoria em que conhecido do agravo para conhecer em parte do recurso especial de Thais Frota Fundão e, nessa extensão, negar-lhe provimento. A embargante alega, em síntese, que a decisão foi omissa quanto à condenação da ora embargada em honorários sucumbenciais recursais.

É o relatório. Passo a decidir.

Antes de mais nada, necessário consignar que os presentes embargos atraem a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Com razão a embargante quanto à omissão apontada, que merece ser sanada. De fato, quanto aos honorários recursais, deve ser considerado o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015, e no Enunciado Administrativo 7/STJ (*“Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC”*). Assim, levando-se em conta que o tempo de tramitação do recurso, contado apenas entre a sua interposição na origem e a data da prolação deste decisão monocrática, não é longo, e que não houve a necessidade de atuação do recorrido em comarca diversa da qual atua, bem como, por fim, tomando por premissa que a demanda recursal aparenta grau de complexidade ínfimo, condeno a embargada a efetuar o pagamento de honorários recursais correspondente a 10% (dez por cento) do que já foi fixado, na origem, a título de honorários advocatícios.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para sanar a omissão quanto aos honorários sucumbenciais recursais, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator